



EDUCAÇÃO, CLASSE TRABALHADORA E CAPITAL: breve análise na cena brasileira em tempos neoliberais

Ingrid Barbosa Silva¹

RESUMO: O presente artigo visa sistematizar alguns fundamentos teóricos, por meio de revisão de literatura, sobre educação, classe trabalhadora e capital diante do contexto neoliberal no Brasil, principalmente a partir da reestruturação produtiva do capitalismo em meados da década de 1970. Ressalta também a necessidade e importância da manutenção das lutas e reivindicações da classe trabalhadora em prol da garantia do que é de direito, exigindo do Estado efetividade daquilo que foi conquistado na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Educação. Estado. Participação. Neoliberalismo

ABSTRACT: This article aims to systematize some theoretical foundations, through literature review, about education, working class and capital in the face of the neoliberal context in Brazil, mainly from the productive restructuring of capitalism in the mid - 1970s. necessity and importance of maintaining the struggles and demands of the working class for the guarantee of what is right, demanding from the State the effectiveness of what was achieved in the Federal Constitution of 1988.

Keywords: Education. State. Participation. Neoliberalism

1 INTRODUÇÃO

Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança.
István Mészáros

Corroborando com Meszáros, na atual conjuntura da qual estamos imersos, a esperança por uma sociedade progressista e igualitária, sobretudo por justiça social, é o que nos mantém resistentes diante de um contexto de saturação do sistema capitalista

¹Assistente Social. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Bolsista CAPES. E-mail: ingrid.ibs@outlook.com.



contraditório, perverso que vem se mantendo diante das suas próprias crises cíclicas², ocasionando cada vez mais uma crescente polarização nas relações sociais. De acordo com Tonet (2016), a humanidade vive hoje um momento claramente contrarrevolucionário, a classe trabalhadora vem sendo afetada cada vez mais e, os espaços de manobra para garantir seus direitos sociais estão cada vez mais restritos.

Ao longo das últimas décadas, mais especificamente a partir da década de 1990, com o surgimento do neoliberalismo³ no Brasil, a classe trabalhadora vem sendo marcada constantemente pelas distintas expressões da “questão social” advindas do seio da sociedade civil⁴ que expressão as diversas formas de desigualdade, exploração e contradição do capital. Isso é reflexo de um processo de contrarreforma neoliberal, tendo o Estado como “aparelho coercitivo da burguesia” (CARNOY, 1990, p. 26). Aumento significativo da pauperização, do desemprego estrutural, precarização do trabalho, Estado mínimo (porém para o capital o Estado se mantém máximo), privatizações em larga escala e desnacionalizações das empresas públicas, precarização das políticas e serviços sociais, ou seja, ajustes estruturais de orientação neoliberal com o intuito de manutenção da hegemonia burguesa marcaram e marcam o país até os dias atuais.

Portanto, o presente artigo é fruto de reflexões desenvolvidas ao longo do percurso acadêmico, agora intensificado no mestrado em Serviço Social, em andamento, na Universidade Federal de Sergipe – UFS, cujo o objeto de estudo está voltado na análise entre a educação permanente e o trabalho profissional com ênfase na política de educação, tendo como hipótese a educação permanente como uma das estratégias de formação profissional e de possibilidade de superação de velhas práticas com o intuito de fortalecer cada vez mais o projeto ético-político profissional. Nesse sentido, discutir o papel da educação que, como área específica do conhecimento possui um leque muito grande de relevância, concepções e da participação popular⁵ na atual conjuntura, torna-se um desafio e ao mesmo tempo necessário, sobretudo, por se tratar de categorias fundamentais para entender criticamente a dinâmica que estamos vivenciando e, contribuir cada vez mais com o debate em prol do fortalecimento dos direitos sociais da classe trabalhadora,

² “[...] o que o capital vive hoje não é uma simples crise comum, mas uma crise estrutural [...] ao contrário das crises comuns que afetam apenas alguns setores ou partes do mundo capitalista, esta atinge tanto o conjunto do mundo como todos os segmentos da sociabilidade capitalista.” (TONET, 2016, p. 142)

³ “O neoliberalismo acirra a exploração da força de trabalho, mas não a institui; o neoliberalismo amplia as formas de ‘exploração’, de ‘enriquecimento’ e acumulação, por um lado, e de empobrecimento, por outro, mas isso não surge com esse projeto: esses são do sistema capitalista.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 194)

⁴ “Embora para Marx e Gramsci a natureza da sociedade civil seja a chave para a compreensão do desenvolvimento capitalista, na definição de Marx a sociedade civil é a estrutura (relação de produção), e para Gramsci a sociedade civil é também a superestrutura, representando um fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o conjunto das relações culturais e ideológicas, da vida intelectual e espiritual e a expressão política daquelas relações.” (CARNOY, 1990, p. 26)

⁵ Participação popular “significa governar com a participação do povo, contra a tradição centralizadora e excludente do Estado brasileiro” (GADOTTI, 1992, p. 69)



especialmente o direito a uma educação que forme indivíduos visando uma perspectiva emancipatória⁶ e de transformação social.

Portanto, esse ensaio teórico foi desenvolvido baseado a partir das contribuições teóricas de: TONET (2016); GADOTTI (1990); MÉZSÁROS (2008); CARNOY (1990); FRIGOTTO (1995) e SAVIANI (2018).

2 DESENVOLVIMENTO

O caminho da educação pública no Brasil – país periférico de economia capitalista dependente do capital internacional – é fortemente permeado por disputas societárias, lógicas antagônicas de se pensar e direcionar as práticas educacionais. Conforme afirma Aranha (1996, p. 220) “na sociedade dividida em classes, a posse dos instrumentos de sistematização do saber não se dá de maneira homogênea, mas excludente, privilegiando alguns poucos [principalmente a classe dominante].” Essa exclusão, mesmo não sendo absoluta, significa dizer que a classe trabalhadora, sobretudo desde o início da industrialização no Brasil, tem acesso mínimo ao saber, ou seja, apenas o necessário para se tornarem produtivos para o capital. A lógica econômica do mercado, com o intuito de conservação da sua crescente acumulação direciona a educação no país como forma de manutenção da ordem, tendo como peça chave o Estado mediando os conflitos sociais assim sendo o núcleo material da forma política capitalista.

A Política educacional brasileira passou por avanços e recuos, até sua configuração atual. Ao longo dos anos, a educação vem sendo interesse do capital em prol da expansão dos seus lucros e a demanda social por educação foi crescendo de acordo com o avanço e desenvolvimento da economia e da política no país. No início do século XX, por exemplo, com o aumento do pauperismo, a luta da classe trabalhadora, dos movimentos sociais no campo educacional, em busca de acesso e de uma educação pública de qualidade se

⁶ “[...] numa sociedade de classes, ela [a educação], necessariamente, contribuirá predominantemente para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana. É por isso que entendemos não ser possível ‘uma educação emancipadora’, mas apenas a realização de ‘atividades educativas emancipadoras’ [...] o conjunto da educação só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador na medida em que a matriz da sociabilidade emancipada – o trabalho associado – fizer pender a balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital. Vale dizer, na medida em que se realizar uma revolução. Propor hoje uma ‘educação emancipadora’ não pode passar de uma simples projeção de um desejo, de um discurso humanista abstrato. O que é possível fazer hoje, são atividades educativas que apontem no sentido da emancipação.” (TONET, 2016, p. 44-45)



intencionaram, exigindo do Estado⁷ formulação de políticas públicas voltadas a defesa da universalização da educação pública e de qualidade.

Nesse sentido, a educação é uma demanda histórica da classe trabalhadora, e o Estado só reconhece e institucionaliza essa demanda a partir da década de 1930, quando a sociedade brasileira começa a reconhecer os problemas advindos da não escolarização da classe trabalhadora, interferindo assim no desenvolvimento capitalista conforme afirma Barbosa (2015),

O analfabetismo se acentua constituindo um grande problema, visto que as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social. O problema do analfabetismo, da evasão escolar, da repetência, além dos problemas relacionados às condições de vida dos alunos, irá se configurar ao longo das décadas como uma demanda institucional, a qual irá exigir respostas para o seu enfrentamento. (BARBOSA, 2015, p. 100)

No período da ditadura militar, na política de educação, foram criados serviços destinados a assistência ao estudante, com o intuito de atender a população com dificuldade de acesso e permanência na escola, no entanto esses serviços ainda perpetuavam na lógica de combater o analfabetismo, a evasão e qualificar os indivíduos para o mercado de trabalho e amenizar os conflitos existentes.

A crise estrutural do capitalismo em meados dos anos de 1970, criou um conjunto de estratégias para manter o seu processo de valorização e, conseqüentemente, retomar os padrões de lucratividade diante do cenário de crise geral. A reestruturação produtiva faz parte de uma dessas estratégias do capital, em que altera todo o processo de produção, ocasionando a flexibilidade das relações de trabalho e, exigindo da classe trabalhadora qualificação para responder as novas requisições e problemas nos processos de trabalho. De acordo com Santos e Machado (2017), a reestruturação produtiva significou a intensificação da precarização estrutural do trabalho através da sua inovação organizacional e tecnológica, ou seja, emergem novas formas de gestão, assim como mudanças nas relações de trabalho.

Esse modelo, está baseado na produção a partir da demanda do mercado - evitando o excedente - com utilização forte da tecnologia, na redução da mão-de-obra, está ancorado na flexibilidade e na polivalência, ou seja, o sistema capitalista passa a exigir um novo trabalhador, que desenvolva diversas funções, que explore todos os seus conhecimentos em prol da produção. Portanto, o capital passa a cooptar e valorizar todos os

⁷ "A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, em seu artigo 4º afirma que a responsabilidade do Estado com a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia da gratuidade da educação apenas na educação infantil e no ensino fundamental. A referência à universalização do acesso é feita apenas em relação ao ensino médio, enquanto que o acesso aos níveis superiores de educação se fará segundo a capacidade de cada um/a." (CFESS, 2011, p. 50)



saberes da classe trabalhadora, sobretudo o intelectual, a subjetividade, deslocando a predominância da força física valorizada no fordismo. De acordo com Antunes (1999),

Como resposta a sua crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalhador e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isto se seguiu também o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a adotar o capital instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 1999, p. 31)

Corroborando com o autor, Ianni (2005) vai afirmar que, as transformações societárias representam o processo de individualização do indivíduo em relação aos seus direitos civis, políticos e sociais. Assim, como afirma Pereira (2008), o avanço da ideologia neoliberal inflexionou os sistemas educacionais, gerando uma necessidade de um novo nexos entre ciência e trabalho, ou seja, essa nova transformação vai exigir da classe trabalhadora uma adequação a nova lógica da organização produtiva, o trabalho produz novas objetividades, novas necessidades e possibilidades, conseqüentemente, novos conhecimentos são requeridos. Nesse sentido, segundo Antunes e Pinto (2017), esse novo modelo de produção impulsionou como horizonte,

[...] um projeto de educação baseado em escolas técnicas ditas “profissionalizantes”, cujo mote era formar os/as estudantes para o trabalho assalariado, ou melhor, formar a sua força de trabalho para o mercado. Toda mercadoria deve ter um valor de uso, portanto, os saberes-fazeres a serem formados estão, evidentemente, determinados já nos currículos a serem cumpridos nessas instituições [...] o taylorismo-fordismo colocou como horizonte a educação uma *pragmática da especialização fragmentada*. (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 78-79)

Portanto, o trato sobre a educação é claramente um negócio, em outros termos, a educação voltada para qualificar o trabalhador dentro das perspectivas do mercado. Indo contra a esse pensamento, Mészáros (2008, p. 12) vai defender que a educação não é uma mercadoria e por isso é necessária “a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienantes”. Em outras palavras, é necessário formar indivíduos para uma consciência revolucionária e que somente com a superação do capitalismo e, na construção de uma nova forma de sociabilidade, é que os problemas que permeiam o mundo poderão ser solucionados/superados.

Nesse sentido, os rumos do sistema capitalista, a partir da década de 1970, sofreu uma modificação expressiva, uma vez que, seu processo de acumulação foi sendo forjado através da expansão da exploração da classe trabalhadora, do desemprego, das



destruições das condições da reprodução das classes, do aumento da precarização, terceirização, da destruição das conquistas históricas dos trabalhadores. E, tais processos se intensificam com o decorrer da história, mesmo o Brasil sendo um país periférico, a lógica neoliberal se insere de forma tardia, projetando reformas orquestradas pelo capital com forte influência dos interesses internacionais.

Na década de 1980, período de grandes mobilizações dos movimentos sociais, dos trabalhadores em prol de melhorias nas condições de vida, de trabalho e em busca de cidadania, foram realizadas intensas reivindicações pautando não só a educação mais o desemprego, a pobreza, a saúde, habitação, entre outros. No âmbito de reivindicação na área da educação, houve grandes mobilizações por criação de creches, principalmente, “reconhecendo-se as crianças de 0 a 6 anos como sujeitos de direito, bem como enfatizando-se o direito das mulheres”. (BARBOSA, 2015, p. 128). O ano de 1988 trouxe muitas contribuições para o processo de democratização e participação popular. A Constituição Federal de 1988 é a prova disso, foi um período marcado por diversas conquistas sociais, foi um cenário de forte politização. Portanto, o controle político da sociedade civil pode contribuir para a garantia de conquistas democráticas, deste modo, “a participação [popular] faz parte essencial dos movimentos sociais que buscam uma inserção ativa no processo de tomada de decisões no nível do Estado.” (GADOTTI, 1992, p. 67). O Estado tem como dever garantir sua função organizadora da classe trabalhadora e no fortalecimento das organizações de controle público, popular e comunitário.

Posteriormente, a década de 1990, período marcado por várias transformações societárias, principalmente, pelo agravamento nas expressões da “questão social”, os direitos recém conquistados pela Constituição Federal de 1988 passam por um processo de contrarreforma⁸ e as políticas sociais, inclusive a educação são submetidas a um completo desmonte, intensificadas a partir do grande interesse do capital financeiro induzido pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial⁹. De acordo com Saviani (2018),

Nesse novo contexto as medidas de política educacional vão ser marcadas por uma espécie de neoconservadorismo. Diante do mote do “Estado mínimo” passa-se a considerar a chamada “decadência da escola pública” como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado. (SAVIANI, 2018, p. 03)

⁸ “Contrarreforma porque a Constituição de 1988 (CF 88) afirmava avançadas concepções no campo dos direitos sociais, portanto, tratou-se sobretudo de realizar um desmonte no padrão civilizatório apontado pela Carta Constitucional.” (PEREIRA, 2008, p. 136)

⁹ “O reordenamento do papel do Estado, eixo norteador da política do BM [Banco Mundial] para a periferia do capitalismo, consolidou, ao longo da década de 1990 e no início do novo século, um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior.” (LIMA, 2011, p. 88)

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.oiinpp.ufma.br

Essas determinações e esse desmonte estrutural do Estado está fundamentado nas necessidades do capital em expandir seus lucros, não só no Brasil, mas em um sentido macro, mundial. Assim, fica claro dois projetos societários distintos, de um lado o projeto neoliberal em que o Estado deve seguir as determinações deliberadas no Consenso de Washington, assim como a expandir a transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, como vem se caracterizando nos últimos tempos – o terceiro setor é um exemplo dessa transferência – e do outro o projeto democratizante, participativo, que emergiu a partir das diversas formas de lutas sociais e dos esforços desses movimentos na tentativa de construção de espaços públicos e de ampliação da participação da sociedade civil nos processos de decisões. De acordo com Dagnino (2004, p. 04), “a disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia.”.

Dando um enfoque mais específico na política de educação e no direito da população a ter garantido esse acesso com permanência e qualidade, faz-se necessário o questionamento: **Porque reduzir o direito da classe trabalhadora a educação?** Arroyo (2012, p. 106) responde claramente essa pergunta ao afirmar que “a negação da escola ao povo faz parte não apenas de uma negação dos instrumentos básicos transmitidos pela escola, mas da negação do direito das classes trabalhadoras a educação e a formação da cultura e da identidade enquanto classe”, ou seja, negar o direito de acesso a educação de qualidade é uma estratégia do capital em se manter no poder. Qual o sentido de formar indivíduos críticos se o que eles (burguesia) precisam são trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho (mão de obra para o capital)? Nesse sentido podemos afirmar que, o capital dá acesso a escolarização mínima, porém reprime e limita a educação que forme sujeitos sociais conscientes com perspectivas revolucionárias.

Por esse motivo, torna-se necessário ir contra a essa sociabilidade contraditória e ao mesmo tempo desigual. É preciso a superação do capitalismo e de todas as suas categorias. Já dizia Meszáros (2008, p.27), “limitar uma mudança educacional radical as margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. Isso vale também para uma suposta reforma desse sistema reconciliada com a perspectiva do capitalismo, tudo isso se torna contraditório até porque as determinações do capital são, segundo o autor, irreformáveis.

Esse processo, certamente muito completo, tem-se os limites e desafios da classe trabalhadora diante desse contexto neoliberal na construção de alternativas por uma sociedade mais justa. As lutas sociais, dos movimentos sociais e a importância da





participação popular nesse processo torna-se necessária justamente para tencionar cada vez mais o Estado, explicitando suas demandas, exigindo o que a Constituição de 1988 garante como direito social. Segundo Arroyo (2012),

Essas diferentes lutas educam as classes trabalhadoras, redefinem sua visão do social. No mesmo movimento global em que refazem o social se fazem como sujeitos sociais conscientes com identidade coletiva [...] no permanente movimento social pela construção de uma sociedade alternativa, vai se construindo um conjunto de práticas e de concepções sobre o todo social que questionam e desafiam as práticas e concepções hegemônicas. É a esse processo educativo que a burguesia e seu Estado reagem, tentam negá-lo, desarticula-lo, confundi-lo. As formas são as variadas, como a negação de uma base material para a vida humana, o excesso de trabalho extenuante, as péssimas condições materiais de existência, a negação de tempos e espaços culturais e educativos, a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a negação do direito a pensar, a articular-se e expressar suas concepções sobre o real e sobre as formas de transforma-lo, a tutela do Estado, de seus gestores, intelectuais e educadores sempre dispensando o povo de pensar porque eles pensam, decidem e falam em nome do povo tutelado e infantilizado, e, também e não menos importante, a negação da instrução, do domínio dos instrumentos básicos que a escola deveria garantir. (ARROYO, 2012, p. 109)

Nessa linha de raciocínio, sabendo das estratégias do Estado burguês em fragmentar cada vez mais o protagonismo dos sujeitos políticos, tem-se a afirmar que a ausência da classe trabalhadora como sujeito fundamental da transformação social, nesse processo de construção de uma alternativa de sociabilidade impõe uma fragilidade cada vez maior na edificação das políticas, principalmente na política de educação. A ideia de educação para o mercado, fortalecida principalmente a partir dos anos de 1970 vem-se alargando até os dias atuais, do qual estamos imersos em um governo ultraconservador e que carrega em suas perspectivas de gestão a privatização em série de tudo que é dever do Estado garantir para a sociedade. A presença constante dos sujeitos políticos é uma forma de resistir e não deixar de lutar, mesmo diante das diversas condições objetivas e subjetivas e dos tempos sombrios, reivindicar seus direitos sociais.

3 CONCLUSÃO

O caminho de análise percorrido apoia muito o pensamento de Tonet (2016) ao afirmar que,

[...] hoje, mais do que nunca é preciso ter paciência e dispor-se a dar pequenos passos na direção certa. É preciso reorientar toda a luta social num sentido claramente anti-capitalista (o que significa situar o seu eixo fora do parlamento e não dentro dele) e o tempo que isto pode levar é imprevisível. A atividade educativa pode contribuir para isto, mas não pode tomar a frente do processo. (TONET, 2016, p. 50)



O capital, assim como o Estado é contraditório justamente pelo fato de perpassar constantemente pelas lutas políticas, sociais e econômicas. Por isso, a ampliação da noção de democracia e a construção de uma cidadania como estratégia política dos movimentos sociais constitui os sujeitos sociais ativos. Vale ressaltar a relevância da participação popular nos fóruns, plenárias, conselhos gestores, conferências, sindicatos, partidos de esquerda e organizações progressistas, dentre outros espaços de construção, articulação de interesses coletivos. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011)

Assim, corroborando com Meszáros (2008, p. 12) faz-se necessário lutar por uma educação libertadora, que transforma a classe trabalhadora “em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo”, sendo necessário está intrinsecamente ligado aos movimentos de resistência na defesa dos direitos adquiridos ao longo da história. Destarte, concluo esse artigo com um poema de Rubem Alves enfatizando o verdadeiro papel da escola (entendendo escola de uma forma macro) e sua autêntica função, da qual devemos defender. Uma escola que encoraja os sujeitos políticos, que encoraja a classe trabalhadora.

*Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.
O que elas amam são pássaros em vôo.
Existem para dar aos pássaros coragem para voar.
Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros.
O vôo não pode ser ensinado.
Só pode ser encorajado.
Rubem Alves*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo, Ed. Cortez, 2017.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. – 2. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Moderna, 1996.



ARROYO, Miguel Gonzales. O direito do trabalhador a educação. In: **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. GOMEZ, Carlos Minayo et.al. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf> >

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DAGNINO, E. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa**. Política & Sociedade, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Estado e educação popular na América Latina**. – Campinas, SP: Papirus, 1992.

IANNI, Octávio. O cidadão do mundo. In: **Capitalismo, trabalho e educação**. Lombardi, José C. Dermeval Saviani, Sanfelice, José Luís (orgs). 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 27-34.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Rev. katálysis [online]. 2011, vol.14, n.1, pp.86-94. ISSN 1982-0259.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. – 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. – São Paulo: Xamã, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291-304, jun. 2018.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital**. – 3ed. Maceió: Coletivos Veredas, 2016.